



QUE FUNDAMENTOS PARA QUAIS COMPETÊNCIAS?

Uma investigação junto aos assistentes sociais trabalhadores do Vale do Taquari-RS

WEBER, Bárbara
CLOSS, Thaisa

Resumo: O presente artigo explicita o processo de pesquisa sobre os Fundamentos e competências profissionais do assistente social na região do Vale do Taquari-RS. Ancora-se no debate dos Fundamentos do Serviço Social teórico-críticos fundados no pensamento marxista. Busca problematizar como tais fundamentos elucidam o significado social da profissão no Brasil e quais os desafios postos à categoria para a materialização de seu Projeto Profissional, especialmente sua mediação com o trabalho do assistente social à luz de suas competências profissionais na contemporaneidade, num contexto de acirramento da desigualdade social, desmonte das políticas sociais, com impactos pelas condições e relações de trabalho e precarização da formação.

Palavras chaves: Fundamentos do Serviço Social; questão social; trabalho do assistente social; competências profissionais.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere à contextualização do processo de investigação de mestrado em torno da materialização das competências profissionais do trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS, considerando os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, com vistas ao desvendamento de possibilidades de qualificação profissional, numa conjuntura de precarização e retrocesso no âmbito das políticas sociais. A pesquisa integra aprofunda dimensões qualitativas de investigação mais abrangente, de caráter interinstitucional, intitulada “Perfil, Formação e Trabalho do(a)s assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul”, desenvolvida em parceria com o CRESS-RS, UFRGS e PUCRS.

Parte-se do pressuposto de que o Serviço Social brasileiro se insere na divisão sócio-técnica do trabalho, sendo requisitado e institucionalizado historicamente a partir da massiva inserção junto às políticas sociais, respondendo à necessidade de regulação pelo Estado dos desdobramentos da acumulação capitalista processo que, no caso brasileiro, é atravessado pelo contexto histórico colonial-imperialista e agroexportador. A consolidação de seu projeto profissional se vincula às diferentes matrizes teóricas incorporadas pelo corpo profissional e intimamente atrelado à ética de projetos societários seja conservadores, seja de horizontes críticos, sendo estes últimos consolidados a partir da década de 1980. Assim, inicialmente elucidam-se os referenciais referentes ao construto marxista a partir do qual o Serviço Social afirma sua crítica à ordem vigente em seu Projeto Ético Político: um conjunto orgânico-dialético que conjuga formação, produção do



conhecimento, legitimidade jurídica e ética de seus profissionais, conferindo ao trabalho uma direção social emancipatória, forjada na aliança com os interesses e lutas da classe trabalhadora, evidenciando a base crítica dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos críticos do Serviço Social.

Em seguida, problematiza-se o trabalho do assistente social e seu caráter contraditório nas políticas sociais, considerando a pouca expressão de estudos sobre as competências profissionais e fundamentos do Serviço Social. Por fim, será explicitado o percurso metodológico da pesquisa em torno desta conformação na Região do Vale do Taquari-RS e apontadas considerações sobre os desafios de investigações na área temática de trabalho, competências e fundamentos do Serviço Social.

2. FUNDAMENTOS E COMPETÊNCIAS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: uma relação improtelável

Compreender o processo de consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social brasileiro e sua expressão no Projeto Profissional requer que se contextualize o processo histórico da questão social e suas particularidades no cenário brasileiro e as diferentes matrizes do pensamento social que o iluminaram neste percurso o conhecimento e exercício da profissão. Dada a extensão desse debate, serão traçadas breves considerações acerca dos aportes teórico-metodológicos, que conferem as bases de estruturação do Projeto Ético Político, hegemonizando a questão social e trabalho como categorias teóricas centrais na compreensão da realidade social e da profissão, a partir de 1980: a questão social como eixo articulador da formação e base material do trabalho do assistente social este partícipe de processos de trabalho (ZACARIAS, 2017; CLOSS, 2017).

A partir da revisão das Diretrizes Curriculares, evidenciam-se a posição central das categorias “questão social e trabalho, irradiadas da apropriação do método e teorias marxianas, conjugadas na interpretação histórico-crítica do Serviço Social na realidade brasileira” (CLOSS, 2017, p. 29). Para amparar este debate teórico-metodológico, as Diretrizes Curriculares preveem *núcleos de fundamentação*¹ que, articulados pelos eixos questão social e trabalho, favorecem a superação de uma abordagem fragmentada e tricotômica, presente no currículo de 1982, consistindo-se em níveis de abstração “complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária” (IAMAMOTO, 2014, p. 620). A concepção de Fundamentos do Serviço Social a partir das Diretrizes Curriculares compreende a profissão:

¹ Quais sejam: os Núcleos de Fundamentos da Vida social, da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e do Trabalho profissional (ABEPSS, 1996^a).



(...) enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ABESS, 1996a, p. 60).

Na literatura do Serviço Social para problematização dos fundamentos do Serviço Social recorreremos à Yazbek (2009); Simionato (2004), Cardoso (2016), Iamamoto (2012), com destaque à produção recente de Closs (2017) e Zacarias (2017). Para Yazbek (2009), os Fundamentos do Serviço Social congregam as dimensões históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, requerendo ao assistente social:

[...] o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção. (YAZBEK, 2009, p.1).

Simionato (2004) e Cardoso (2016) analisam os Fundamentos do Serviço Social na formação, problematizando a conjugação das categorias história e totalidade, na concepção e ensino dos Fundamentos. Cardoso (2016), parte da perspectiva do Serviço Social como uma totalidade histórica, de processos diversos e não lineares, configurando diferentes formações sociais nas quais o Serviço Social se insere como profissão.

O Serviço Social como totalidade histórica, define-se por um conjunto complexo ou complexo de determinações que, inserido no movimento real totalizante de uma determinada formação social, transforma as suas determinações constituintes e transforma-se na totalidade como profissão, ao mesmo tempo que exerce influência nas transformações qualitativas das totalidades concretas em que se insere a história. É portanto determinado socialmente e tem uma função na história. (CARDOSO, 2016, p. 152).

A compreensão do horizonte histórico do projeto profissional que emana das contradições de classe, só se torna real na medida em que se processem mediações no âmbito das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, superando o discurso que dissocia a formação da ação competente. Há que se portanto aprofundar a mediação dos fundamentos teórico-metodológicos ao trabalho: já que ao mesmo tempo em que a profissão se transforma na totalidade, “ao mesmo tempo, exerce influência nas transformações qualitativas das totalidade concretas em que se insere” (CARDOSO, 2007, p. 33), o que deve ser problematizado considerando a realidade do trabalho profissional. Conforme provoca Iamamoto (2012, p. 44), isto



Requer uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o dever ser com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, porque abstraída da realidade histórica, elidindo as particulares determinações e mediações que incidem no processamento desta especialização de trabalho coletivo.

Neste aspecto, Simionatto (2004), resgatando os princípios/pilares da formação profissional estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares reforça que não apenas a história deve ser o fio condutor do ensino de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social, mas justamente os veios ético-políticos assumidos pela profissão, sua identidade no decurso do tempo forjada em diferentes conjunturas de produção capitalista, conformando formação e trabalho profissionais. (SIMIONATTO, 2004).

Partindo-se da premissa de que teoria e prática são dimensões inseparáveis e que o trabalho competente é resultante da teoria que o ilumina e fundamenta (SIMIONATTO, 2004), é importante aprofundar o debate em torno da mediação entre as dimensões técnica e política da formação e do trabalho profissional sem a dicotomização de ambas, mas sua inter-relação enquanto elementos qualitativos da formação/ensino e do trabalho pelo crivo ético que articula a dimensão política à técnica, “como mediação entre as duas dimensões – inseparáveis – da competência. [...] ser competente é saber fazer bem o dever. (RIOS, 1993, p. 09).

Os desafios postos à conjugação dos Fundamentos do Serviço Social na Formação e no trabalho profissional são apontados em pesquisa recente de Closs (2017, p. 12), a qual conclui que:

Os Fundamentos do Serviço Social constituem matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico- crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político. (CLOSS, 2017, p. 12).

A mediação da teoria e do método marxistas na formação do Serviço Social também foi alvo de pesquisa por Zacarias (2017) que, observando as Diretrizes Curriculares de 1996 nos currículos no Rio Grande do Sul revela a incipiente expressão da literatura marxiana no ensino, processo agravado pela “existência de uma base eclética das bibliografias que subsidiam a formação, tendo um espaço minoritário as obras de perfil epistemológico crítico- marxista” (ZACARIAS, 2017 p. 188). Tal perspectiva é corroborada pela pesquisa² de Closs (2017) em torno da produção intelectual do Serviço Social e sua mediação com os Fundamentos do Serviço Social que aponta que os esforços produtivos intelectuais em

² Segundo pesquisa de Closs (2017), dos 2031 artigos publicados em 11 revistas de Serviço Social entre 1993-2013, 15,91% abordam temáticas referentes aos Fundamentos Profissionais e destes, nem 1% dedicam o trato direto a Fundamentos do Serviço Social.



Serviço Social das décadas de 1993 a 2013 tem priorizado outras temáticas que não os Fundamentos do Serviço Social. A referida pesquisa, a partir da análise da produção da área, identificou:

Uma contradição em processo entre o adensamento conceitual totalizante dessa matriz e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional, numa conjuntura de ofensiva do capital sobre o trabalho, as lutas e os direitos sociais, a qual impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz e também fragiliza essa conjugação (CLOSS, 2017, p. 12).

Ocorre que a desconexão da abordagem direta à matriz de Fundamentos do Serviço Social e desta imbricada ao lastro de requisições à categoria reitera a já evidenciada fragilidade no trato teórico-metodológico direto do referencial marxista, podendo pautar o trabalho aos valores ideológicos acrílicos presentes na lógica mercadológica organizacional estatal das Políticas Sociais, maior campo da inserção no trabalho. Assim, os Fundamentos do Serviço Social são compreendidos enquanto articulação das dimensões históricas, teóricas e metodológicas, éticas e políticas da profissão estabelecem-se como dimensão central do Projeto Profissional do Serviço Social.

O Serviço Social como trabalho, carrega em suas origens a tensão entre a natureza do trabalho concreto e abstrato, aspecto discutido por Iamamoto (2014, 2015) e Raichelis (2011, 2018) e, participando de um processo de trabalho no sistema capitalista, afirma “sua dimensão teleológica e criadora” (IAMAMOTO, 2015, p. 14), com finalidade, conhecimentos, valores éticos e estatuto jurídico regulamentado pela Lei Federal nº 8.662 de 7 de junho de 1993 e Código de Ética Profissional.

Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho social coletivo, o que supõe a análise articulada do trabalho de assistentes sociais em sua dupla dimensão: de um lado, como trabalho concreto, é expressão do valor de uso dotado de qualidade específica que atende a necessidades sociais a partir de suportes intelectuais e materiais para sua realização, cujo exercício profissional passa a ser mediado pelo mercado, dentro de uma crescente divisão do trabalho social. De outro lado, como trabalho abstrato – expressão do valor de troca abstraído de sua qualidade -, representa uma fração do trabalho social total pensado em sua quantidade, como dispêndio de força humana de trabalho. (RAICHELIS, 2018, p. 156).

Tais aspectos se expressam de formas diversas nos diferentes espaços ocupacionais o que provoca a pesquisa na cotidianidade para apreensão das características destes espaços e do trabalho desenvolvido. (IAMAMOTO, 2009). A condição de trabalhador coloca ao assistente social a agudização das condições de trabalho do contexto capitalista contemporâneo: de financeirização do capital, ampliação de tecnologias da informação e avanço da cultura do “gerencialismo”, centrado em tarefas avaliadas em seu desempenho e fiscalizadas pelo empregador. Além disso, a “tríade flexibilização/precarização/terceirização



avançam pela fluidez da regulamentação, contratação e hierarquização do trabalho e dos direitos a ele inerentes, demandando adensamento teórico (RAICHELIS, 2011). Este contexto repercute nas condições objetivas e subjetivas de trabalho dos assistentes sociais, compartilhando dos dilemas vitais da classe trabalhadora e inerentes a todo processo de trabalho capitalista (RAICHELIS, 2018).

Neste horizonte um desafio posto à consolidação do Projeto Ético-Político é o de que as competências e atribuições tanto na formação, quanto no trabalho, estejam iluminadas pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, pelos fundamentos, para maior clareza de direção social e para “contribuir para a superação dos processos de alienação, para a qualificação das políticas públicas, para a ampliação de processos sociais emancipatórios” (PRATES; CLOSS, 2015, p. 368).

A discussão da noção de competência tem pioneirismo norte-americano na pesquisa das áreas de psicologia e administração, a partir da década de 1970, nos marcos da crise capitalista e da transição para o modelo flexível. (FLEURY & FLEURY, 2001). Nessa conjuntura os modelos de hierarquia de poder e nível salarial, dão lugar à competência individual dos trabalhadores na busca pela promoção num cenário de ampliação de contratos temporários por objetivos (não por cargos), colocando-se em xeque os diplomas, os métodos de ensino e os conteúdos (ROCHE, apud RAMOS, 2001), fragilizando as relações sociais na esfera do trabalho coletivo: direitos, acordos e lutas, “fluidificam-se para tomar a forma de práticas referentes à competência, que fundam a relação trabalho-educação sobre novas bases (também instáveis) e recorrem frequentemente aos recursos e procedimentos individualizantes (RAMOS, 2001, p. 64), supervalorizando o aspecto subjetiva da competência com vieses psicologizante, em detrimento da lógica sociológica do trabalho assentada no paradigma da qualificação. Ou seja, a dimensão coletiva e política da perspectiva de classe, é subsumida à individualidade, já que “a negociação é feita por cada trabalhador no seio do posto de trabalho de forma individual e implícita” (PARENTE, 2004, p. 339) na defesa e luta pelo reconhecimento de suas competências e condições e relações de trabalho.

No Brasil, a discussão de competência tem influência principalmente da literatura americana e europeia. Segundo Dutra *et al* (2006), a abordagem americana do ‘CHA’ foi disseminada no Brasil a partir dos anos 80 associada à necessidade de desenhar o perfil individual para determinados cargos, sendo regulamentada pelo Ministério do Trabalho através da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, cuja primeira versão foi em 1977.

Na esfera do trabalho estatal brasileiro, o debate das competências é inserido especialmente pelo Decreto Federal nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006 que “institui a



Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, princípios que se espraiam às esferas estadual e municipal, conforme pesquisa bibliométrica³ que aponta a predominância de discussões em torno das dimensões clássicas sobre competências – conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (querer fazer) e uma nova dimensão de “poder fazer”, no desenvolvimento de competências no ambiente de trabalho. (ARAÚJO JUNIOR; MARTINS, 2014).

O assistente social como trabalhador assalariado vê seu trabalho e a organicidade teórico-metodológica e ético-política proposta pelo Projeto Profissional atravessado por estas tendências, num processo de mercadorização da administração pública do Estado neoliberal, em que, conforme Raichelis (2018, p.55) “grande parte dos serviços públicos é realizada não mais pela *servidor público*, profissional concursado cujas relações de trabalho são regidas pelo regime jurídico próprio, mas pelos diferentes tipos de trabalhadores”, sujeitos às condições desregulamentadas do mercado expressas na precarização do vínculo, remuneração e duração do trabalho, tendências agudizadas pela implosão do funcionalismo público pelo avanço do processo de privatizações e terceirização no serviço público (DRUCK;ANTUNES, 2014 *apud* RAICHELIS, 2018).

Matos (2015), corrobora com as ações afirmativas do conjunto CFESS/CRESS no sentido de legitimar as competências e atribuições profissionais, pois discuti-las é discutir a profissão. Encara a importância de situar o “chão” do exercício profissional na discussão das competências - o cotidiano - e acende a polêmica em torno da indissociabilidade dos valores pessoais e profissionais enquanto conjunto de apropriação teórica e introjeção de valores de cunho emancipatórios. Prates (*et al.* 2012) refere que os documentos norteadores do Projeto Profissional são indispensáveis na discussão tanto do trabalho quanto da formação por competências, ressaltando a sua mútua relação entre a lei de regulamentação profissional que define as competências e atribuições do trabalho do assistente social, as diretrizes nacionais da ABEPSS em Serviço Social, eixo formativo crítico à estas competências e os valores e princípios do Código de Ética que conferem a direção social do trabalho profissional. A interpretação legal em torno das competências e atribuições com especial destaque aos artigos 4º e 5º da lei de regulamentação também atravessam a discussão pela necessidade de “aprofundamento e de explicitação do debate sobre as atividades/práticas – objetivos profissionais/identidade profissional” (IAMAMOTO, 2012, p. 25), especialmente para a “fiscalização, quando está em jogo a ‘angústia da consolidação de uma identidade

³ Foram analisadas publicações entre os anos de 2006 a 2013 em duas bases de pesquisa: nas bases do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e nos anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD (ARAÚJO; MARTINS, 2014).



profissional” (CFESS, 2012, p. 23), demandando a ampliação do processo de produção coletiva da categoria em torno de suas competências profissionais, identificando as contradições entre o projeto profissional e os projetos institucionais.

A discussão das competências do assistente social, descolada de sua interface com os Fundamentos do Serviço Social, induzem à redução do trabalho às premissas eminentemente conjugadas às diferentes ideologias institucionais, fragilizando a legitimação da categoria pelo aparato empregatício e da própria identidade do assistente social corroborando com a “identidade atribuída e o fetiche da prática” (MARTINELLI, 2003, p. 148).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A aproximação com o tema foi favorecida a partir de revisão bibliográfica de Raichelis (2011, 2018), Iamamoto (2012, 2014, 2015) e Closs (2017) e com os dados da pesquisa bibliográfica de Closs (2017) em 11 revistas brasileiras da área de Serviço Social, entre os anos de 1993 a 2013 que identificou-se de um total de 2031 artigos, apenas 324 possuem descritores relacionados aos Fundamentos do Serviço Social e apenas 0,49% destes tem como descritor “Fundamentos do Serviço Social”. Adensando a mesma pesquisa, Closs; Serqueira; Pacheco (2017) verificaram que a produção sobre competências profissionais também é pouco expressivas, representando 21 artigos, correspondendo 0,96% do universo de 2180 artigos publicados até o ano de 2016 e que contém como descritores “Competências”, “Atribuições” e/ou “habilidades” profissionais. A maioria destes artigos (52,5%) debatem competências profissionais em diferentes políticas sociais e espaços sócio-ocupacionais. Está em processo de conclusão da pesquisa, atualizando o banco de dados referente a este tema nos 2016 a 2018.

Em relação à região do Vale do Taquari, local em que a pesquisa está sendo desenvolvida, esta representa uma área de 5.762 km², representando 2,14% da superfície do Estado e é formada 36 municípios, sendo que os mais antigos são Taquari, Estrela e Lajeado. A população total da região é de 327.723 habitantes e a densidade demográfica é de 67,9 hab./km². Há a predominância da população urbana na maioria dos municípios. Em relação à economia, o Vale do Taquari é uma região em que prevalecem indústrias tradicionais de gêneros alimentícios, couro e calçados com a produção voltada para o mercado interno, de capital nacional. No Vale existem empresas exportadoras expressivas pautadas por exigências do mercado internacional.

A partir de levantamento realizado pelo NUCRESS Vale do Taquari que envolve os 36 municípios pertencentes ao Núcleo desta região, somam um total estimado de 12 áreas em termos espaços ocupacionais de trabalho, contando com 138 assistentes sociais, conforme quadro a seguir.



Quadro 1 - Mapeamento dos espaços ocupacionais de distintas naturezas e número de assistentes sociais vinculados no Vale do Taquari

	Espaço ocupacional	Nº de profissionais
1	Proteção Social Básica de Assistência Social (CRAS)	67
2	Entidades do Terceiro Setor	20
3	Atenção Especializada em Saúde	12
4	Atenção Básica em Saúde	09
5	Atenção Hospitalar	06
6	Proteção Social Especial de Média Complexidade de Assistência Social (CREAS)	08
7	Gestão	05
8	Judiciário	02
9	Sistema penitenciário	04
10	Previdência	02
11	Empresas privadas	02
12	Habitação	01
Total		138

Fonte: NUCRESS Vale do Taquari (2019)

A pesquisa de campo integra o projeto interinstitucional intitulado “Perfil, Formação e Trabalho do(a)s assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul”, de abrangência estadual que é fruto da articulação entre UFRGS, PUCRS e CRESS-RS (REIDEL et. al, 2019). Ao apreender o cenário atual de profunda retração de direitos, precarização/terceirização/flexibilização do trabalho que se aliam ao aligeiramento da formação, à carência de pesquisas sobre a conformação atual do perfil, formação e o trabalho do(a)s Assistentes Sociais, o estudo visa identificar desafios e possibilidades para as entidades da categoria, para as Universidades formadoras de assistentes sociais, professores e pesquisadores na defesa e fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional.

A pesquisa de campo será realizada através de questionário e grupo focal. O estudo, em andamento, possui enfoque censitário mediante questionário do referido projeto, aplicado através da plataforma Survey Monkey online, destinado a totalidade de assistentes sociais inscritos no CRESS-RS. Será realizada amostra com os questionários referentes aos assistentes sociais que exercem a profissão nos 36 municípios do Vale do Taquari. Um dos objetivos do projeto estadual é conhecer como se constitui o trabalho dos assistentes sociais considerando os fundamentos e as competências profissionais, sendo que a pesquisa apresentada nesse artigo se vincula ao adensamento qualitativo de uma amostra de até quinze participantes, cuja coleta será através de grupo focal. A abordagem será não- probabilística, intencional por cotas de representatividade por espaço sócio ocupacional do universo total de assistentes sociais trabalhadores do Vale do Taquari. O



enfoque do grupo focal e da análise dos questionários dos 36 municípios enfatizará as competências e fundamentos profissionais, tendo como objetivos específicos: analisar quais são as competências profissionais desenvolvidas no trabalho do assistente social, considerando as condições e relações de trabalho; e, apreender os fundamentos teórico-metodológicos e ético- políticos que iluminam o desenvolvimento das competências profissionais dos assistentes sociais na região do Vale do Taquari-RS.

O tratamento dos dados do questionário será realizado a partir de análise estatística, posteriormente integrada com os dados do grupo focal para as análises e interpretações finais. A representação dos dados quantitativos será realizada via tabelas, gráficos e descrições através da plataforma Survey Monkey. A análise dos dados qualitativos do grupo focal será através da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). A investigação implicará na observância ética fundamentada nas premissas da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. Finalizada a pesquisa, os dados serão socializados com o CRESS-RS e NUCRESS Vale do Taquari. Ainda, através de trabalhos acadêmicos e publicações, observando-se a relevância social do desenvolvimento de possibilidades de qualificação do trabalho profissional dos assistentes sociais na atual conjuntura.

Desse modo, problematizar as competências e os fundamentos, conformados no trabalho dos assistentes sociais, possibilita avançar na identificação de estratégias de legitimação do Projeto Ético-Político crítico, bem como de organização política da categoria profissional e de qualificação da formação, discernindo-se desafios e potenciais para a categoria, numa conjuntura adversa que exige a construção de pesquisa que apreendam a profissão no movimento da realidade brasileira. A pesquisa visa identificar desafios e possibilidades para as entidades da categoria, para as Universidades formadoras de assistentes sociais, professores e pesquisadores em defender e fortalecer o Projeto Ético-Político Profissional, num cenário atual de profunda retração de direitos, de precarização/terceirização/flexibilização do trabalho, aliados ao aligeiramento da formação, à carência de pesquisas sobre o tema.

Além disso, os NUCRESS representam importante ferramenta de fortalecimento da profissão, tendo em vista que se constituem como espaços descentralizados de articulação e organização dos/as assistentes sociais, vindo ao encontro da intenção do CRESS 10ª Região em promover a interiorização e democratização de sua gestão, cuja finalidade é desempenhar as atribuições executivas em sua jurisdição e dar os encaminhamentos políticos que lhe são delegados pela Diretoria do Conselho.



4. CONCLUSÃO

Demonstra-se a relevância da produção de conhecimento que contemple a identificação das mediações (ou a construção destas) de conjugação dos fundamentos do Serviço Social e as competências profissionais, processo que remete “à pesquisa, à produção de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização – e no caso do Serviço Social, isso quer dizer, conhecimento sobre a realidade social” (NETTO, 1996, p. 109). Como ainda, destaca lamamoto, “verifica-se a necessidade de dar continuidade aos estudos sobre o processamento do trabalho cotidiano do assistente social na efetivação das competências e atribuições privativas e às estratégias para sua implementação” (2014, p. 632).

Assim, considera-se que a pesquisa sobre as competências necessita apreender a unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pois centrar-se somente nessa última dimensão, como aponta NETTO (1996, p. 124), “é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional”, especialmente em tempos de profundas alterações no mercado de trabalho na atual conjuntura, reduzindo tais competências a perspectivas pragmáticas, metodologistas e imediatistas. Como também salienta o autor, “o compromisso com a competência profissional, só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social” (NETTO, 2005, p. 16), ou seja, esse processo requer ações de pesquisa, formação e atuação política das entidades da categoria, tendo em vista que as competências profissionais sejam iluminadas, adensadas pelos Fundamentos do Serviço Social, fortalecendo uma identidade crítica do Serviço Social numa conjuntura extremamente regressiva e de ataques às conquistas históricas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 07 dez. 2018.

ARAÚJO JUNIOR, José Alves. MARTINS, Igor. Gestão Por Competências na Administração Pública: Uma Análise Bibliométrica a Partir do Decreto Lei 5.707/2006. **Gestão**. Pelotas, v. 12, n. 2, p 153-162, 2014 . Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/download/21993/18442>. Acesso em: 12 abril 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009. BRASIL.

Classificação Brasileira de Ocupações. Brasília, 2002. Disponível em <http://www.mteco.gov.br>. Acesso em: fevereiro de 2019.

CARDOSO, Franci Gomes. **O Serviço Social como totalidade histórica em movimento**



no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 141-163.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** Brasília: CFESS, 2012 Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área.** Curitiba: CRV, 2017.

_____, SERQUEIRA, Tatiana dos Santos, PACHECO, Eriane Martins. **Competências Profissionais e Fundamentos do Serviço Social: produções nos periódicos da área.** In: 5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social, Vitória- ES, junho 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16408/11276>>. Acesso em: 11 maio 2018.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, Edição especial. 183-196, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552001000500010>. Acesso em: 13 março de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos. 12. ed. São Paulo : Cortez, 2013.

_____. **Serviço social em tempo fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo : Cortez, 2015.

_____. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade.** CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1ª EdAmp. Brasília: CFESS, 2012.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2003.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0678.pdf>>. Acesso em: 12 de maio 2018.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade** nº 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

PARENTE, Cristina. Para uma análise da gestão por competências profissionais. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 2004. Disponível em <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2469>>. Acesso em: 12 jun 2018.

PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaisa Teixeira. Relações de trabalho e competências



profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

_____. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, p. 420-437, jul./set. 2011.

_____. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho do Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.16, n.41, p.154-170, 1º Semestre de 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36691>. Acesso em: 12 set 2018.

_____. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. In: RAICHELIS, Raquel (org.). A nova morfologia do trabalho do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.p. 25-65.

RAMOS, Marlise Nogueira. **A noção de competência na relação de trabalho e educação: superando mitos e traçando horizontes**. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.) 1952 – Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.p.15-33.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época ; v.16).

SIMIONATTO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n 8, p.31-41, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do serviço social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ZACARIAS, Inez Rocha. **A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2013. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5057>. Acesso em: 10 março 2019.